
O Papel da Ascom na Construção da Memória Sindical e a Discussão de Gênero ¹

Rafael LOPES²

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo delinear as mudanças comunicacionais promovidas com o advento da tecnologia, suas imbricações nas relações dos indivíduos no convívio social e como os sindicatos têm se portado através de suas ferramentas de comunicação no contato com seus públicos e no tratamento com questões de gênero. O delineamento de novos formatos comunicacionais nas esferas comerciais e nos espaços institucionais proporcionam o entendimento de como as ações têm sido pensadas, as lógicas de consumo e as alterações de comportamento dos indivíduos em função de novas formas de comunicação e de estabelecimento da memória coletiva. São mostrados aspectos positivos e negativos da comunicação sindical baseada nas tendências atuais e como as assessorias de comunicação podem contribuir no processo de formação da memória coletiva do grupo social.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicatos; Memória Coletiva; Comunicação; Gênero; Memória;

INTRODUÇÃO

Com a redução de postos de trabalho para jornalistas em veículos da imprensa tradicional, as assessorias de comunicação, em plena expansão, figuram como protagonistas de um novo mercado que abre as portas para esses profissionais que, por sua vez, passam a ser então porta-vozes de pessoas públicas, instituições, entidades do terceiro setor, políticos, repartições públicas, sindicatos ou até mesmo empresas de médio e grande porte.

Nesse sentido, o campo de assessoria de comunicação, de ampla abrangência, alcança os mais diversos segmentos, como a assessoria de comunicação sindical, que vem se lapidando e alçando novos voos constantemente através do aprimoramento de suas técnicas para a conexão com seu público específico.

¹ Trabalho apresentado no DT 3 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); e-mail: raufis@gmail.com.

As assessorias de comunicação sindical emergem, por um lado, como porta-vozes do sindicato e/ou dirigente sindical assessorados e, por outro, também contribuem no processo de construção da memória da entidade e da luta classista. A defesa e o enquadramento dado a conteúdos, imagens e materiais midiáticos que são transmitidos à mídia reforçam a imagem e perfil identitário que a entidade quer mostrar para a sociedade.

A imprensa usa seus meios para a realização de mediações com imposições e/ou manipulações de notícias, o que, de certo modo, pode contribuir para uma possível distorção de informações e, conseqüentemente, da memória individual ou coletiva de grupos ou categorias, no exemplo particular de sindicatos.

Diante dos fatores supracitados, faz-se necessário a presença de um profissional responsável pela assessoria de comunicação de uma entidade sindical, a fim de mediar os processos comunicacionais rumo a uma construção linear e fiel da memória da classe representada.

Contudo, há a necessidade de um assessor de comunicação não apenas para externar questões amplas no que tange às bandeiras de luta da instituição sindical, mas também pontos específicos como a discussão racial e de gênero.

Alguns teóricos, a exemplo de Le Goff e Halbwachs, conceituam a memória, seus nichos e processos identitários, bem como suas manifestações nos âmbitos individual, coletivo e de entidades como memoriais, bibliotecas e museus. Apoiado nas ideias de autores clássicos e contemporâneos, este artigo abordará o desenvolvimento da memória coletiva sindical a partir da atuação da assessoria de comunicação de entidades classistas.

A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica com ênfase nos teóricos que discutem acerca da memória no âmbito comunicacional, a fim de entender os processos de constituição da memória e identificar semelhanças e elos com a comunicação sindical.

O trabalho está dividido em: introdução; os tópicos: ‘Mudanças comunicacionais e a construção da memória coletiva sindical’ e ‘Da pobreza de experiências à necessidade de documentação da memória sindical’; e conclusão.

A MEMÓRIA COLETIVA SINDICAL E A DISCUSSÃO DE GÊNERO

Assim como a mídia tradicional, representada pelos veículos de comunicação em seus diferentes gêneros, as assessorias de comunicação – incluindo a sindical – também precisaram se adaptar ao fenômeno da internet e adentrar a um novo universo comunicacional de crucial relevância para o contato com seu público.

Com os avanços tecnológicos provocados pelo capitalismo num caminho entre o subdesenvolvimento acelerado e a modernização compulsiva, a internet vem galgando espaços cada vez maiores e obtendo um amplo alcance na sociedade brasileira. Hoje, com a realidade tecnológica presente em quase todos os lugares, é possível identificar pessoas de diferentes faixas etária utilizando dispositivos móveis como tablets e smartphones que servem para, além de publicar conteúdos em tempo real, manterem-se informados de assuntos inerentes a elas.

A comunicação sindical então passa de simples informes, boletins, informativos e cartazes impressos para conteúdo virtual com vídeos, cards, e informativos online possíveis de ser visualizados em qualquer lugar.

As mudanças promovidas através das formas de se comunicar interferem diretamente no processo construtivo da memória de um grupo social. Se antes o foco principal era o a propagação e arquivamento de conteúdos impressos, agora o online ganha força e provoca, ao mesmo tempo, um esquecimento, sobretudo com a utilização das redes sociais como ferramenta de comunicação entre os sindicalistas. Akoun (2006) *apud* Cunha (2011) destaca os danos causados à memória com o volume de informações na “sociedade publicitária”.

O contexto [...] é o de uma sociedade “publicitária” que vive em meio a uma superabundância enlouquecida e anoréxica de informações, em meio à profusão de imagens e de palavras, em que o sentido e o tempo se apagam, em que triunfa o esquecimento. Existe agora uma plethora de novidades, de simulacros, que não conduz a uma super-informação, mas a uma amnésia que jamais para de recomeçar. (AKOUN, 2006 *apud* CUNHA, 2011, p. 105).

O autor chama a atenção para um fator agravante na construção da memória dentro do perfil de sociedade instituído pelo e com os meios de comunicação atuais. As mudanças de comportamento das pessoas as têm induzido a adotar práticas instantâneas

de se comunicar, contribuindo para um alto volume de conteúdo na rede e, ao mesmo tempo, o esquecimento de informações devido à urgência de maturação de outras “mais factuais”.

No seio sindical, por exemplo, as assessorias de comunicação buscam promover a interatividade o tempo inteiro com seu público a fim de fidelizá-lo para constituir o intercâmbio constante de informações. Nesse processo, sindicalistas querem se ver em todos os espaços, cobram presença em fotos e vídeos publicados na web a fim de se exhibir e mostrar atuação no movimento sindical. Esse grande quantitativo de conteúdo provocado por uma interatividade desenfreada tem levado ao esquecimento evidenciado por Akoun (2006).

Entretanto, as novas formas de comunicação desencadeadas, sobretudo com o fenômeno da internet, mais especificamente das redes sociais, têm forte poder de mobilização de grupos e categorias, como é o caso do movimento sindical.

Cunha (2011, p. 107) aponta a influência do protagonismo das mídias sociais na sociedade para a organização da sociedade civil. “Em termos concretos, conexões de sujeitos via *Foursquare*, *Twitter*, *Facebook*, *Orkut*, *Youtube*, entre outros, já resultaram em mobilizações sociais, queda de governos ou correntes solidárias.”

Para além das mobilizações fomentadas no ambiente virtual, a internet também atua de forma determinante na construção da memória coletiva de grupos sociais. Le Goff (1990) situa a definição de Pierre Nora do conceito de memória coletiva, que considera como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.

Nesse contexto, as mídias sociais desempenham papel crucial na documentação e registro do passado de um povo. Através do *Facebook* ou *Instagram*, por exemplo, é possível identificar as práticas sociais de um grupo em determinado tempo, as experiências vividas e o trabalho desenvolvido em prol de uma causa, a exemplo da sindical.

No *Facebook*, a linha do tempo organiza, de forma linear, as publicações e registros de práticas e posicionamentos de uma entidade ou grupo social. Trata-se de uma importante ferramenta para a preservação da memória coletiva, mostrando desse modo que os novos modos comunicacionais, embora tragam consigo aspectos negativos

como o esquecimento, também têm qualidades capazes de beneficiar a memória de grupos na sociedade.

Na atualidade, quaisquer entidades sindicais possuem um perfil ou página no *Facebook* e, a depender do seu público específico, também está inserido no *Instagram* ou em outras mídias que se conectam com o perfil da categoria à qual representa na sociedade. Numa sociedade imediatista e acelerada, que segue o ritmo frenético das mudanças comunicacionais, a publicação de conteúdos em redes sociais por sindicatos – através de sua assessoria de comunicação ou, em alguns casos, por meio do dirigente sindical – é uma tarefa quase obrigatória.

É nas redes sociais que uma grande fatia da categoria sindicalizada está presente e pode acompanhar pela tela do celular, tablete ou notebook as ações desenvolvidas pela entidade classista, bem como convocações para a luta sindical ou coberturas completas de eventos de crucial relevância para aquele grupo social. Através das novas mídias, o público consegue interagir e tirar dúvidas sobre assuntos inerentes a ele sem sequer sair de casa.

De forma ampla, as mudanças comunicacionais do ponto de vista mercadológico vêm atingindo setores de assessoria de comunicação em diversas entidades país afora, até por uma questão de acompanhamento de tendências e alcance de público por meio de estratégias cruciais. Porém, o que precisa estar em pauta com veemência, sobretudo pela diretoria de entidades representativas de classe, é a questão de gênero nesses espaços de sociabilização e enfrentamento na luta por direitos de uma categoria.

Soares (2016) aponta que vem ocorrendo um “novo sindicalismo” no país, inserindo a temática na pauta das instituições representativas de classes trabalhadoras. “O novo sindicalismo que surgiu em fins dos anos 1970, com perfil mais combativo e de relações mais estreitas com suas bases, abriu espaço para uma maior inserção do discurso feminino em sindicatos e para o ingresso das mulheres na militância [...]”.

Pensar uma classe trabalhadora como a de professores na Bahia, por exemplo, é pensar que existe um universo de pessoas com diferenças de comportamento, pensamento, ideologia e identidade de gênero. E é o que a APLB Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia vem fazendo, através do fomento de discussões nas escolas na entidade sindical, nos conteúdos veiculados pelo sindicato para sua base (categoria) e entre a diretoria da entidade. Exemplo claro é o coletivo “transformação”,

que aborda questões relacionadas a gênero nos espaços de formação dos trabalhadores, tendo um poder de persuasão significativo, uma vez que os trabalhadores em educação, especialmente os professores, no contato com seus alunos e alunas, pode ser um multiplicador de um tratamento diferenciado e equânime junto às pessoas de diferentes identidades de gênero.

“Nos últimos trinta anos, desenvolveu-se um movimento exitoso de politização e difusão de “novos” temas nos meios sindicais, relacionados às questões de gênero e com forte viés feminista” (Soares, 2016).

A memória, do ponto de vista comunicacional, no âmbito sindical, pode ser utilizada, com veemência, para a disputa de poder a fim de mostrar a força do movimento classista e da luta por direitos de determinada categoria. Assim, o que Le Goff (1990) afirma sobre os “senhores da memória” também adentra ao universo dos sindicatos. Em sua obra, o autor destaca que a memória coletiva é manipulada pelos interesses de poder, em que tornarem-se senhores da memória e do esquecimento tem sido uma das grandes preocupações de classes, grupos e indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

Nesse sentido, diretamente relacionados à política e à disputa de poder e espaço na sociedade, os sindicatos – por meio de sua assessoria de comunicação ou da figura do presidente ou líder sindical – se apoiam nas ferramentas de comunicação com seu público para o fomento de conteúdos direcionados para a produção de informações e materiais midiáticos que delineiam a memória coletiva daquele grupo.

Através do enquadramento dado nos processos comunicacionais da entidade, é possível pautar o que merece ou não evidência no meio sindical, o assunto que deve ou não direcionar a luta e, conseqüentemente as ações e posicionamentos de um líder sindical e de seus discípulos (categoria filiada). Para entender, de forma mais evidente, o enquadramento midiático promovido pelos sindicatos, Pollak (1989) se posiciona a respeito do enquadramento da memória, que podemos relacionar diretamente à memória sindical, no contexto midiático:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, religiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência do passado

serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 9).

A noção de enquadramento da memória supracitada mostra o motivo da preocupação cada vez mais constante de entidades sindicais com a comunicação e, conseqüentemente, com a construção da memória daquele grupo de modo que privilegie a imagem que o dirigente sindical ou a entidade pretendem transmitir, tanto para sua base (sindicalizados), quanto para a sociedade de um modo geral.

Sob outro ângulo, a memória coletiva exerce fortes influências na construção da memória individual, conforme sinaliza Halbwachs (2006). Para ele, ambas estão interconectadas e a memória individual, por exemplo, é, em muitos casos, construída com base nas práticas coletivas.

“Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.” (Halbwachs, 2006, p. 69).

Desse modo, conforme aponta Nascimento (2014, p. 9), “[...] a memória coletiva envolve várias memórias individuais, sem necessariamente estar presas a elas. Estamos num universo social, onde, para formar nossas lembranças, precisamos lançar mão das lembranças dos outros.”.

Com isso, pode-se afirmar que a memória individual é construída tendo como base as vivências e protagonismos de um grupo, a partir da memória coletiva deste. Nesse processo, faz-se necessário o trabalho de profissionais de comunicação à frente de assessorias de comunicação de sindicatos a fim de contribuir para a construção de uma memória coletiva do movimento sindical que, conseqüentemente, estará cravada na memória individual dos atores sociais envolvidos.

Este talvez seja o motivo da preocupação das entidades representativas de classe em, além de se conectar com seus públicos, instituir uma memória coletiva destes colocando a instituição como o carro-chefe da luta. Dessa forma, além da produção de materiais factuais envolvendo imagens, texto e vídeo, há uma preocupação também com a documentação do que vem sendo produzido ao longo da história, como veremos no tópico seguinte.

POBREZA DE EXPERIÊNCIAS E DOCUMENTAÇÃO DA MEMÓRIA

Com os avanços tecnológicos e, conseqüentemente, uma sociedade cada vez mais conectada e presente nos espaços de sociabilização virtuais, as experiências humanas passadas por gerações vêm sendo deixadas de lado, abrindo espaço frequente para interações midiáticas e a valoração do que ocorre no tempo presente, o instantâneo e factual, ao invés dos ensinamentos e tradições.

Benjamin (1994), no ensaio ‘Experiência e Pobreza’, situa muito bem como as influências comunicacionais originadas a partir das lógicas capitalista e de consumo atuam e modificam o comportamento humano no convívio em sociedade. Ao destacar um exemplo de experiência passado de pai para filhos, cuja receptividade e interpretação dos últimos já não é a mesma que a da sua época, no que tange à valorização de experiências, o autor chama a atenção para a necessidade da valorização dessa essência comunicacional, do campo das trocas e experiências.

Trazendo para o âmbito sindical e relacionando à ideia de esquecimento provocada por Akoun (2006) apud Cunha (2011), pode-se identificar as lacunas comunicacionais existentes com essa instantaneidade e volume de informações compartilhadas o tempo inteiro na web. As assessorias de comunicação sindical, defendendo a luta de uma categoria e, ao mesmo tempo, propagando informações úteis e inerentes à classe representada, não perde uma oportunidade de se fazer presente nas novas mídias, conduzindo a comunicação sindical a um caminho já habitual para a grande mídia e os veículos da imprensa tradicional.

Nesse sentido, perde-se, com frequência, a atenção às experiências do movimento sindical e, histórias de conquistas e lutas, bem como conteúdos aprofundados sobre fatos históricos para a categoria perdem espaço para o factual e imediatista. Desse modo, a comunicação sindical, em muitos casos, também vem abandonando a valorização de experiências – fator que desencadeia novas iniciativas de entidades conscientes sobre a importância da conservação de sua memória.

Assim, centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) já possuem acervos e centros de memória sindical como preservação e perpetuação da memória coletiva da luta classista.

O Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC CUT) foi fundado em 04 de janeiro de 1999 e tem como objetivo a recuperação, organização e preservação da documentação produzida, recebida e guardada pela central e suas entidades no decorrer da história. Seu acervo é formado por importantes séries documentais sobre a organização sindical na fase de combate à ditadura militar. Através dele, é possível conhecer relevante papel que os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros exerceram naquele período.

Mais antigo, o Centro de Memória Sindical teve sua fundação em 14 de junho de 1980 e é uma instituição intersindical que funciona na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O centro fica disponível para sindicalistas, estudantes e pesquisadores, e possui em seu acervo, importantes documentos das lutas, entraves e conquistas de diferentes categorias de trabalhadores brasileiros, além de cartazes de campanhas sindicais, fotos e uma vasta coleção de depoimentos, gravados e transcritos no início da década de 1980, cedidos por militantes sindicais.

A instituição de dois centros de memória sindical no Brasil traz à tona a preocupação de dirigentes sindicais e entidades representativas de classe com a preservação das experiências e a documentação de registros da luta de categorias, mesmo os sindicatos e centrais já dispendo de outras ferramentas de comunicação e de outros espaços de perpetuação da memória coletiva – ainda que de forma não tão aprofundada, ou superficial.

Corroborando com as práticas de documentação, sobretudo com a edificação de centros de memória sindical das entidades representativas de classe, Le Goff (1990) já apontava a criação de instituições-memória em outros países, como a Dinamarca, Noruega e Finlândia.

A memória coletiva, nos países escandinavos, acolhe a memória “popular”, pois que se abrem museus de folclore na Dinamarca desde 1807; em Bergen, na Noruega, em 1828; em Helsinque, na Finlândia, em 1849; esperando o museu mais completo: o Skansen de Estocolmo, em 1891. (LE GOFF, 1990, p. 36).

Com isso, trazendo para os exemplos mencionados, parece que as entidades sindicais, através da comunicação e primando pelo fomento da memória coletiva vêm traçando seu caminho rumo à conservação de registros e informações do movimento

sindical, guardando traços da luta de suas categorias, ao passo em que situa a memória coletiva dos sindicalistas, conectada à memória individual de cada trabalhador.

CONCLUSÃO

As mudanças nas formas de comunicação, provocadas pelas imposições de um capitalismo acelerado, vêm se perpetuando com intensidade no convívio social e provocando alterações no comportamento de grupos e indivíduos na sociedade sobre diversas temáticas, incluindo as questões identitárias de gênero. Seguindo as ‘tendências’ e, para não se tornarem obsoletos no contato com seus públicos, entidades sindicais têm aderido aos novos formatos com o intuito, sobretudo de manter a conexão com sua base (categoria).

No entanto, novas práticas podem trazer tanto benefícios, quanto malefícios do ponto de vista da construção da memória coletiva. Nesse aspecto, as assessorias de comunicação exercem papel fundamental, juntamente com dirigentes sindicais, para guiar a comunicação das instituições no caminho entre a propagação de conteúdos úteis e inerentes aos sindicalizados e, ao mesmo tempo, a preservação mais efetiva da memória do grupo social com a instituição de centros de memória capazes de resgatar e documentar fatos históricos e essenciais ao entendimento do protagonismo do movimento e da formação da cultura sindical colocando em prática a preocupação com a questão de gênero entre sua base de trabalhadores, seu público.

No bojo da valorização das experiências e da memória do movimento sindical, faz-se necessário a atenção para a linha tênue entre a simples divulgação de conteúdos midiáticos para um público seletivo e a preservação da memória coletiva deste através de ações mais efetivas que evidenciem o protagonismo de sindicalistas na luta de classes, sobretudo a prioridade no discurso de temas atuais e importantes como a questão identitária de gênero no contexto da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política – Obras escolhidas**, v.1. Tradução: Sérgio Paulo. Rouanet. São Paulo: editora Brasiliense, 1994.

CUNHA, Márgda Rodrigues da. **A Memória na era da reconexão e do esquecimento**. Em Questão. Porto Alegre, v. 17, nº 2, p. 103-117, jul/dez, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora Contexto, 1990.

NASCIMENTO, Bruno Ribeiro. **Mídia e Memória: uma breve análise do uso dos meios de comunicação na construção da memória coletiva e individual**. João Pessoa-PB: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: CUNHA, Ângela de Castro. **Estudos Históricos 1989/3**. São Paulo-SP: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1989.

SOARES, José Luiz. 40º Encontro Anual da ANPOCS: ST 34 - Trabalho, trabalhadores e ação coletiva. **As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo**. <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/10499-as-politicas-de-genero-no-sindicalismo-brasileiro-contemporaneo/file>, acessado em 21 de maio de 2018.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

<http://cedoc.cut.org.br>, acessado em 20 de dezembro de 2017.

<http://memoriasindical.com.br/o-centro-de-memoria-sindical/>, acessado em 17 de dezembro de 2017.

<https://www.aplbsindicato.org.br/aplb-promove-debate-sobre-diversidade-de-genero-na-atualidade/>, acessado em 22 de maio de 2018.

<https://www.aplbsindicato.org.br/apos-muitos-adiamentos-ccj-aprovou-o-pl-teu-nascimento-na-sessao-desta-quarta-feira-9/>, acessado em 21 de maio de 2018.